

Para empresários, faltam medidas

O dinheiro ficará escasso e muito caro para as empresas. Essa é a expectativa predominante hoje entre os empresários do setor financeiro que vêm nas últimas decisões do governo um passo importante para combater a inflação, se forem acompanhadas de mais duas medidas sugeridas pelo ex-ministro Mário Henrique Simonsen: a fixação e, principalmente, o cumprimento de metas rígidas de expansão da moeda e controle do déficit público.

Para o presidente do Banco Itaú, José Carlos Moraes de Abreu, a redução dos prazos de recolhimento de impostos pelas empresas, de 30 a 40 dias para apenas 15 dias, terá um impacto muito forte sobre a liquidez. A demanda de recursos para financiamento de capital de giro, que resultará da redução do prazo de recolhimento de impostos, deverá provocar uma alta dos juros reais.

Com dinheiro caro, as empresas vão procurar vender mais para diminuir estoques e isso poderá contribuir para conter preços. Por isso, Moraes de Abreu considera importantes as medidas adotadas até agora observando, porém, que se não forem acompanhadas de outras, terão pouco efeito.

COMPETIR COM O BC

Américo Oswaldo Campiglia,



Arnaldo Fiaschi/AE

Moraes de Abreu: receio de que juros subam

presidente da Associação das Empresas de Investimentos, Crédito e Financiamento, concorda que a elevação dos juros, se for complementada por outras medidas de controle do déficit público, poderá contribuir para baixar a inflação. Os novos níveis de juros fixados pelo BC nos dois primeiros *overs* do mês, projetando uma taxa de quase 25% para agosto, terá um impacto direto sobre o custo do

dinheiro em outros segmentos do mercado.

Ney Castro Alves, presidente da Associação das Empresas Distribuidoras de Valores (Adeval), entende que está configurado um quadro para a elevação das taxas de juros em todo o mercado financeiro. Ele concorda que a redução do prazo para recolhimento de impostos pressionará muito a liquidez.